

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

10 abr 2017 | O Globo

Teto de gastos foi uma vitória, mas restam vários entraves

Segundo economista da FGV, governo federal escolhe quais batalhas vai enfrentar para não inviabilizar reformas

Na avaliação de especialistas, como Clemens Nunes, da FGV, o maior avanço de Temer até aqui é o controle da trajetória do equilíbrio fiscal. Nesse sentido, a grande vitória do governo federal foi a implantação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto, em dezembro de 2016.

Por outro lado, o fim das indexações dos benefícios sociais e da aposentadoria ao salário mínimo ainda não saiu. Hoje, o salário mínimo é reajustado de acordo com o crescimento da inflação e do PIB do ano anterior e alguns benefícios da Previdência crescem seguindo o aumento do próprio salário mínimo. A vinculação levanta a questão sobre a capacidade para os orçamentos futuros aguentarem alguns reajustes obrigatórios. A "Ponte para o futuro" queria o fim do aumento automático. Segundo Nunes, o governo teve consciência de que não poderia vencer todas as batalhas no Congresso, sob pena de sofrer um desgaste que inviabilizaria outras reformas.

— Essa é uma proposta que afeta muito o dia a dia das pessoas. Ao enviar um projeto desse tipo, está comprando briga com algumas bancadas — diz Nunes.

O governo também queria mudar o regime orçamentário, o que não ocorreu. Segundo Nunes, o processo de elaboração do Orçamento continua o mesmo: segue a política de emendas parlamentares no Congresso. A administração federal controla a liberação dos recursos, contingenciando gastos se preciso.

O economista da FGV admite que a PEC do Teto vai impor um limite na receita, antes inflada para acomodar os desejos dos deputados federais, nem sempre cumpridos pelo Executivo.

O governo, por outro lado, defende que a PEC do Teto levará, inevitavelmente, ao orçamento conforme o que foi defendido no documento "Ponte para o futuro" — o que tornaria obrigatória a execução de todos os gastos aprovados no Congresso e a análise de todos os programas sociais anualmente.

A reforma tributária e a simplificação da burocracia para criação de empresas foram colocados em segundo plano. O governo queria flexibilizar a legislação ambiental e reduzir o número de tributos, conforme o programa prevê, mas as duas mudanças não andaram no ritmo proposto pelo texto.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)